



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Diretoria Jurídica - Tribunal de Justiça

MINUTA DE ATO Nº 0270399 DE 10 DE SETEMBRO DE 2025

**ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2025**

*Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010, e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 205 da Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 205.** *A Turma Recursal é composta por quatro Juízes de Direito de entrância final, denominado Juiz de Turma Recursal, com a competência de que trata o art. 210 desta Lei.*

**Parágrafo único.** *Nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento legal de membro da Turma Recursal, a substituição será feita por juiz da mesma Turma, seguindo-se a ordem decrescente de antiguidade. Esgotadas todas as possibilidades, essa ordem será reiniciada a partir do juiz mais antigo, conforme disciplina norma resolutiva do Tribunal de Justiça.*

**Art. 2º** O art. 211 e seu § 2º da Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 211.** *Haverá três Turmas Recursais, duas na Comarca da Capital e uma na Comarca de Campina Grande, todas com competência plena para o julgamento de recursos relacionados à Fazenda Pública e às demais matérias de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, bem como para o processamento e julgamento das ações*

*originárias previstas no microssistema dos juizados especiais.*

*[...]*

**§ 2º** *As Turmas Recursais terão jurisdição em todo o território estadual e seus Gabinetes serão numerados conforme disposto em Ato da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba identificando-as da seguinte forma:*

*I - As Turmas Recursais sediadas na Comarca da Capital serão denominadas 1ª e 2ª Turmas Recursais;*

*II - A Turma Recursal sediada na Comarca de Campina Grande será denominada 3ª Turma Recursal.*

**Art. 4º** Fica extinto, na estrutura do Poder Judiciário, o Juizado Especial Misto da Comarca de Mamanguape.

Parágrafo único. Os processos em tramitação na unidade judiciária prevista no *caput* deste artigo serão redistribuídos para as demais unidades judiciárias da Comarca de Mamanguape, nos termos de Resolução do Tribunal de Justiça da Paraíba.

**Art. 5º** O art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 160, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A primeira circunscrição judiciária, com sede na Comarca de João Pessoa, contará com 10 (dez) Juizados Auxiliares Mistos.

**Art. 6º** O art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 160, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A segunda circunscrição judiciária, com sede na Comarca de Campina Grande, contará com 05 (cinco) Juizados Auxiliares Mistos.

**Art. 7º** Fica extinto o juizado auxiliar misto da sexta circunscrição judiciária, com sede na Comarca de Guarabira.

**Art. 8º** O cargo de Juiz de Direito resultante da redução prevista no art. 6º desta Lei fica transformado em Juiz de Direito de Turma Recursal, de entrância final, sediado em Campina Grande.

**Art. 9º** Ficam revogados os arts. 206, 207, 209 e o § 3º do art. 211, todos da Lei Complementar Estadual n. 96/2010.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência do Tribunal de Justiça, data do registro eletrônico.

**Desembargador** FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Anteprojeto de Lei Complementar tem por finalidade promover ajustes na Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010, a fim de adequar a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado da Paraíba às novas demandas institucionais e à evolução do sistema de juizados especiais, garantindo maior eficiência, racionalidade administrativa e uniformidade de tratamento jurisdicional.

A proposta contempla, inicialmente, a atualização da composição e do funcionamento das Turmas Recursais, adequando-as ao crescimento da litigiosidade e à complexidade das matérias submetidas ao microssistema dos juizados especiais. A elevação do número de membros das turmas recursais visa assegurar melhor distribuição da carga de processos, maior celeridade no julgamento de recursos e equilíbrio na jurisdição estadual, e, sobretudo, racionalizar as substituições dentro das próprias turmas.

A reorganização da nomenclatura e da jurisdição das Turmas Recursais, com a fixação de regras claras de substituição e numeração de gabinetes, contribui para maior transparência e previsibilidade administrativa, permitindo uma gestão mais eficiente da atividade jurisdicional.

A proposta também prevê a extinção de unidades judiciárias cuja demanda não justifica a manutenção de estrutura própria, a exemplo do Juizado Especial Misto da Comarca de Mamanguape e do Juizado Auxiliar Misto da Sexta Circunscrição Judiciária, com sede em Guarabira, promovendo a redistribuição dos processos em tramitação e a realocação de cargos para áreas de maior necessidade. Essa medida se coaduna com o princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, permitindo o aproveitamento estratégico de recursos humanos e orçamentários.

Por fim, a revogação de dispositivos da Lei Complementar nº 96/2010 que perderam atualidade normativa assegura maior clareza legislativa e compatibilização do ordenamento jurídico com a realidade organizacional do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Diante do exposto, a presente proposição busca adequar a estrutura do Poder Judiciário paraibano às necessidades contemporâneas de prestação jurisdicional eficiente, sem impacto financeiro adicional relevante, pois aproveita cargos e estruturas já existentes, representando, assim, uma evolução na política judiciária estadual, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e com as melhores práticas de gestão pública.

Submetemos o anteprojeto de Lei à Assembleia Legislativa da Paraíba, pugnando pela sua aprovação.

João Pessoa, data do registro eletrônico.

**Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**  
**Presidente**



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Bruno Nogueira Alves, Diretor(a) Jurídico(a)**, em 10/09/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0270399** e o código CRC **3E50213A**.